

INDÚSTRIA 4.0

Nova revolução industrial
à base de conectividade

RELAÇÕES DO TRABALHO

Flexibilidade e negociação
para enfrentar a crise

INSTITUTOS DE INOVAÇÃO

Centros de excelência do
SENAI mudam cultura fabril

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 3 | Junho 2016



O TEMPO PARA REFORMAR A PREVIDÊNCIA ESTÁ ACABANDO



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

QUEM COLOCA A EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR ESTÁ SEMPRE EM DESTAQUE.

www.senai.br

[f/senainacional](https://www.facebook.com/senainacional)

[t/senainacional](https://www.instagram.com/senai_nacional)

[i/senai_nacional](https://www.youtube.com/senai_nacional)

[in/senaibr](https://www.linkedin.com/senai)



**A ONU apontou o SENAI como uma das três
mais importantes instituições comprometidas
com a educação de qualidade no mundo.**

Também realçou o estímulo da instituição à inovação e o investimento em infraestrutura. Esse reconhecimento só reafirma o compromisso do SENAI em promover uma educação profissional com a mais alta qualidade e desenvolver cada vez mais a indústria brasileira.



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



CARTA AO LEITOR

A edição de junho da revista Indústria Brasileira cobra, em sua reportagem de capa, uma reforma da Previdência para estancar o desequilíbrio fiscal nessa área. Se não é propriamente nova a necessidade dessa mudança, a grave crise econômica brasileira a torna urgente. Com a expectativa de vida dos brasileiros aumentando a cada ano, não é possível conviver com um sistema que aposenta, no setor privado, homens de 56 anos e mulheres de 53 anos, em média.

Regras ultrapassadas também têm se transformado em ameaças aos empregos existentes e empecilhos à criação de novas vagas. Trabalhadores e empregadores têm tido seus direitos de negociação tolhidos por decisões judiciais, que limitam a liberdade para definição de questões práticas, como o horário de trabalho ou o intervalo de almoço. Para entender as propostas de mudança legislativa, a revista ouviu a senadora Ana Amélia (PP-RS) e o deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), dois dos maiores especialistas do Congresso Nacional no dilema “negociado versus legislado”.

Prospectando o futuro, esta edição também abriu espaço para duas pautas que marcarão a nova geração de indústrias no país. A primeira delas vem de fora, essencialmente da Alemanha e dos Estados Unidos, e revela os detalhes da quarta revolução industrial, marcada pela comunicação digital e pela integração de peças, máquinas, sistemas e trabalhadores na indústria 4.0.

A outra iniciativa é nacional e tem sido implementada pelos Institutos SENAI de Inovação (ISIs), parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que juntos já alocaram quase R\$ 1 bilhão na construção e operação de 25 centros de excelência especializados em transformar boas ideias em negócios sustentáveis, num ciclo virtuoso que pretende propagar a cultura da inovação no país.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glaucio José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Ayr Aliski

Beatriz Borges

Joelma Pereira

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmite | FSB Design

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



OS CAMINHOS DA RETOMADA DO CRESCIMENTO 6

CARTA

Caro Sr. Editor,

A respeito da reportagem “Soldador caminhava muito”, publicada na edição de maio, esclareço que não apenas o soldador, mas também o montador, ou seja os “operadores da produção”, faziam o percurso de 5,5 km durante todo processo de montagem do conjunto de tubulação que integra o Manifold. Esse processo, ademais, dura em média dois meses e não apenas um dia. Por fim, ressalto que a frase “acabava desviando-se para conversar e tomar café” pode soar duvidosa e vir a ser mal interpretada. Na verdade, isso não era um problema de perda de tempo na produção, afinal temos na fábrica espaços em cada setor para o pessoal tomar água, café e alternar postura, sem necessidade de se deslocarem em grandes distâncias, como recomendam as boas práticas de segurança e saúde.

Josane Cristiano Brandão - diretor industrial da Delp Engenharia

SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

COMÉRCIO EXTERIOR

A agenda da CNI para alavancar as exportações

8

CNPq PREMIA IEL

Instituto Euvaldo Lodi é reconhecido pelo incentivo à inovação

10

TERMÔMETRO ECONÔMICO

DESEMPREGO

Dados mostram nova perda de vagas na indústria

27



CONFIANÇA

Empresários industriais estão menos pessimistas com novo governo

28

GIRO GLOBAL



Parlamento Europeu diz "não" à China na Organização Mundial do Comércio

38

AGENDA LEGISLATIVA

RELAÇÕES DE TRABALHO

Rigidez da CLT ameaça empregos em tempos de crise

12

JULIO LOPES

Deputado explica como as negociações podem gerar vagas

16

ANA AMÉLIA

Senadora alerta para a urgência na revisão da legislação

18

AGÊNCIAS REGULADORAS

Por que evitar a influência política nesses órgãos

20

CAPA



Reforma da Previdência precisa equilibrar expectativa de vida e idade de aposentadoria

32

PERGUNTAS PARA...



Ministro Marcos Pereira explica as quatro prioridades de sua gestão no MDIC

40

COMPETITIVIDADE



INDÚSTRIA 4.0

Saiba como a nova revolução industrial vai mudar o mundo

22

GIRO BRASIL



FIEMS prepara delegação à Expo Alimentaria 2016

36

SESI / SENAI / IEL

ESPECIAL ISI

Institutos SENAI de Inovação transformam negócios com olho no futuro

42



OS CAMINHOS DA RETOMADA DO CRESCIMENTO

Aonda de pessimismo e incerteza que envolveu trabalhadores e empresas no Brasil pode ter começado a dar uma trégua, como mostram indicadores de confiança. Uma eventual volta desse ambiente negativo, porém, é um risco real para a recuperação da economia. Para evitar que isso ocorra, precisamos atacar não apenas os sintomas, mas as causas dos crônicos problemas do país. Foram eles que, em grande medida, provocaram a maior recessão da história brasileira recente, com graves prejuízos para o setor produtivo, em especial para a indústria nacional.

O esforço para ajustar as contas públicas, que consumiu uma década de sacrifícios dos brasileiros, foi praticamente desperdiçado nos últimos anos. O descontrole fiscal, que nos deixou como herança um déficit projetado em R\$ 170 bilhões neste ano, exige duras medidas para ser corrigido, como a limitação do crescimento das despesas proposta pelo governo. O reequilíbrio orçamentário de longo prazo, que passará obrigatoriamente por uma reforma da Previdência Social, será indispensável para que a economia volte a crescer de maneira sustentada.

O sistema previdenciário atual tem estimativa de déficit de R\$ 167 bilhões em 2017. Sua manutenção tal como se encontra suscitará, cedo ou tarde, a criação de novos tributos para financiá-lo, o que elevaria uma carga tributária já insuportável. Só se eliminará a real ameaça aos benefícios e à aposentadoria das próximas gerações atenuando-se a pressão dessa conta sobre o caixa do Tesouro Nacional. Caso contrário, vamos testemunhar a bancarrota de um dos principais instrumentos da rede de proteção social brasileira.

Fazer com que o Estado gaste apenas o que arrecada, uma lição básica da administração pública que foi esquecida no Brasil, é um requisito para a volta do crescimento econômico, mas está longe de ser suficiente. Uma Previdência ajustada eliminaria a principal fonte de incerteza na área fiscal, com alívio sobre a inflação e a política monetária, mas a melhora do ambiente de negócios brasileiro é batalha a ser travada em diversas frentes.

Ao mesmo tempo em que se promove o ajuste fiscal, é necessário, urgentemente, melhorar a competitividade da economia brasileira. Governo

e Congresso Nacional precisam assumir a tarefa de aprovar medidas que recuperem a confiança, e estimulem os investimentos, a criação de empregos e o consumo. Poucos temas pedem tanta seriedade no debate, mas também uma dose adicional de ousadia nas mudanças, como a modernização das leis trabalhistas. É preciso superar o embate entre capital e trabalho, marca de séculos passados, para alcançarmos uma nova dinâmica nas relações do trabalho.

A resposta está na própria Constituição de 1988: a valorização da negociação coletiva entre empresas e representações de trabalhadores. As pessoas diretamente envolvidas são as mais adequadas a legitimamente sentarem-se à mesa para negociar interesses e necessidades de empregador e empregado. É difícil conceber que o pactuado livremente em acordos e convenções possa ser invalidado por decisão judicial, fomentando o conflito trabalhista em detrimento do diálogo. Infelizmente, isso é comum.

Vivemos um tempo em que o trabalhador busca formas de compatibilizar a carreira com a vida pessoal. A empresa enxerga nesse equilíbrio um caminho para estimular a criatividade, elevar a produtividade e melhorar a satisfação geral com o ambiente de trabalho. Nesse sentido, busca-se oferecer jornadas flexíveis, o home office ou o trabalho remoto, com evidentes ganhos para o empregado. Em muitos casos, porém, o benefício não tem compensado

o risco de litígio porque certas medidas não estão expressas na lei.

Flexibilizar a legislação trabalhista não significaria retroceder nos direitos e conquistas históricos do país. Pelo contrário, essa iniciativa abre espaço para que empresas e trabalhadores unam esforços e encontrem caminhos que propiciem a sustentabilidade dos negócios. Sem isso, não há criação de empregos, geração de renda e, por fim, crescimento e desenvolvimento da nossa economia.



Foto: Miguel Ângelo/CNI

Robson Braga de Andrade

UM MUNDO DE OPORTUNIDADES

A AGENDA DE COMÉRCIO EXTERIOR PROMOVIDA PELA CNI ABRE PORTAS PARA PRODUTOS BRASILEIROS E APROVEITA A DESVALORIZAÇÃO DO CÂMBIO

Há certo consenso no mercado de que o Brasil só reencontrará o caminho do crescimento em 2018 e de que as incertezas sobre o cenário doméstico persistem. Na economia mundial, pelo contrário, a perspectiva é de expansão de 3% em 2016, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É uma boa notícia, que pode se traduzir em negócios para as exportações brasileiras, onde surgem sinais de recuperação. O real desvalorizado ajuda mas, infelizmente, não resolve o problema sozinho.

A agenda de comércio exterior brasileira é ampla e exige que se faça o “dever de casa”: tarefas como a redução da burocracia e a simplificação dos processos aduaneiros. Com isso, poderíamos gastar menos tempo e recursos com obrigações acessórias, um alívio no chamado “custo Brasil”. Outro dever exige a ampliação do acesso a mercados para produtos brasileiros e implica a negociação de acordos comerciais, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem apontado os caminhos para se avançar nessa agenda, pela

liberalização do comércio com parceiros estratégicos. O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, explica que os acordos comerciais darão maior acesso a produtos e serviços brasileiros, que atualmente só chegam a 2% dos consumidores do mundo. “A expansão de mercados é fundamental para que o Brasil possa crescer apoiado na demanda externa de sua produção nacional”, afirma.

Só a ampliação do acordo tarifário com o México, para um que abranja cooperação e investimentos, pode aumentar em 50%, em dez anos, a corrente de comércio entre os dois países, que foi de US\$ 7,9 bilhões em 2015. Após 17 anos, Mercosul e União Europeia enfim trocaram suas ofertas para um acordo comercial. Para Abijaodi, há expectativa de que o Brasil consiga diversificar a pauta de exportações, abrindo mercados para produtos manufaturados, o que representa cerca de um terço dos embarques para o bloco.

Para alavancar vendas no comércio mundial, é preciso também remover as amarras internas, simplificando processos e reduzindo a burocracia

para o exportador. Só a criação do Portal Único, ferramenta que reúne numa só guia eletrônica os documentos hoje exigidos por 22 órgãos anuentes, poderá elevar em 10,3% as exportações em 2017, quando o programa estará finalizado, segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse é um dos principais avanços do chamado Pacote de Bali da Organização Mundial do Comércio (OMC), já ratificado pelo Brasil, e que pode reduzir em até 38,5% o custo de se exportar no Brasil, segundo estimativa da CNI.

Outro bom exemplo da redução de burocracia está nos acordos de facilitação de comércio firmados entre Brasil e Estados Unidos em novembro de 2015. Com foco na unificação de regras, na concessão de patentes e na certificação de bens, os acordos devem ampliar o fluxo bilateral de investimentos e de bens entre os dois países. Para a CNI, a evolução para um amplo acordo de livre comércio com os Estados Unidos, maior importador de bens manufaturados brasileiros, representaria um avanço histórico para a política comercial brasileira.



Foto: hxdy / Shutterstock

Vendas brasileiras podem aumentar mais de 10% só com a criação do Portal Único, que reduz a burocracia para o exportador

A REAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Com real desvalorizado, vendas brasileiras para o exterior dão sinais de recuperação



Balança Comercial (Jan-Mai)

	2015	2016
Saldo	-US\$ 2,3 bi	US\$ 19,7 bi
Exportações	US\$ 73,5 bi	US\$ 74,7 bi
Exp. Manufaturados	US\$ 27,6 bi	US\$ 28,1 bi

Fonte: Mdic/Secex

BNDES E FINEP INCENTIVAM INOVAÇÃO MINERAL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) anunciaram o programa “Inova Mineral”, com destinação de R\$ 1,2 bilhão para investimentos em inovação no setor de mineração. O foco são minerais estratégicos como nióbio, cobalto, grafita e terras raras, considerados escassos, essenciais ou críticos para a produção nacional. O programa financiará projetos em fase inicial para fortalecer a cadeia produtiva. O lançamento do edital está previsto para 1º de agosto.



Foto: José Paulo Lacerda/CNI

IEL foi premiado pelo incentivo à qualificação em inovação na indústria

CNPQ PREMIA IEL

O êxito do programa Inova Talentos rendeu ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) menção especial de agradecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O programa, realizado por meio de parceria entre as duas instituições, tem o objetivo de ampliar o número de profissionais qualificados em atividades de inovação no setor empresarial. Desde 2005, o prêmio é concedido a pessoas e instituições por seus serviços prestados ao desenvolvimento do Conselho.



Foto: José Paulo Lacerda

AÇÃO GLOBAL ATENDE 295 MIL PESSOAS

A 23ª Ação Global, mutirão de cidadania realizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pela TV Globo nos 26 estados e no Distrito Federal, atendeu 295 mil pessoas no último dia 21 de maio. Serviços de saúde, orientações jurídicas, palestras de incentivo à prática esportiva e outras atividades foram realizadas ao longo do sábado, com o apoio de parceiros em cada cidade. Neste ano, o evento também serviu para celebrar o aniversário de 70 anos do Sesi.

Mutirão prestou serviços e atendeu trabalhadores em 27 unidades da Federação



ABRIR MERCADOS É PRIORIDADE NO ITAMARATY

A nomeação de José Serra para o Ministério das Relações Exteriores produziu expectativas positivas sobre a recuperação de espaço do país no comércio internacional. Em suas primeiras declarações, o novo chanceler defendeu o fortalecimento do Mercosul e a celebração de novos acordos. “Daremos início a um acelerado processo de negociações comerciais para abrir mercado para as nossas exportações e criar emprego para nossos trabalhadores”, declarou em seu discurso de posse.

Serra defende o fortalecimento do Mercosul e a celebração de novos acordos

CNI DEFENDE CRIAÇÃO DE ADIDOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Canal entre o setor privado e o governo no exterior, os adidos de indústria e comércio são uma das apostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para ampliar o acesso dos manufaturados brasileiros ao mercado internacional. A proposta da CNI é que o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior transfira oito funcionários para embaixadas brasileiras com o objetivo de identificar barreiras, regulamentos técnicos e obstáculos à entrada de produtos nacionais nas principais economias do mundo, utilizando o modelo dos adidos agrícolas.

REPRESENTANTES ATUARIAM EM POSTOS ESTRATÉGICOS



MODERNIZAÇÃO DA CLT IMPULSIONARÁ EMPREGOS

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS PODEM REDUZIR OS EFEITOS DA CRISE
SOBRE O DESEMPREGO, QUE JÁ ATINGE MAIS DE 11 MILHÕES

O Brasil bateu recorde de desemprego no trimestre encerrado em abril. A taxa de desocupação alcançou 11,2%, conforme apontou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 11,4 milhões de brasileiros sem trabalho, o que equivale a toda a população da Bélgica. É o mais elevado índice desde que o cálculo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) começou a ser feito, em 2012. A solução desse problema depende da recuperação da economia. Entretanto, a redução de seus efeitos pode ser obtida com o fortalecimento do sistema de negociação e conciliação em questões trabalhistas, uma das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para gerar postos de trabalho, reduzir conflitos e estimular a atividade produtiva.

No Congresso, há seis projetos de lei (cinco na Câmara e um no Senado) que propõem o reconhecimento pleno de acordos e convenções coletivas, firmadas entre empresas e sindicatos de trabalhadores, reduzindo o engessamento atual no debate de questões como ajus-

(PP-RJ). O texto propõe que “as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo devem prevalecer sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição e as normas de medicina e segurança do trabalho”.

Na opinião do presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, “após 73 anos de vigência da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o mundo mudou”. Hoje, diz o executivo, “temos uma CLT de tamanho único que trata igualmente situações desiguais”. Furlan destaca a existência de novas profissões e formas de relacionamento com o mundo profissional, como as atuais atividades movidas pelas tecnologias digitais e tarefas realizadas em domicílio, como exemplos que impõem uma atualização nas regras trabalhistas.

Sócio do escritório TozziniFreire Advogados na área trabalhista, Marcelo

“Após 73 anos de vigência da CLT, o mundo mudou. Temos uma CLT de tamanho único que trata igualmente situações desiguais”

Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI

tes na jornada de trabalho (para o horário de refeição, por exemplo) e divisão do período de férias.

O projeto mais recente é o de número 4962/2016, do deputado Júlio Lopes



Foto: Miguel Ângelo

Alexandre Furlan, da CNI, lembra que as mudanças propostas não tocam em garantias constitucionais

Gômara concorda que é necessário aprimorar, com urgência, a legislação do trabalho. “Não dá para manter uma lei da época em que o Brasil era movido a carvão e lenha. Temos de modernizar a legislação, senão não vamos ter mais indústria, não vamos ter mais emprego”, diz o advogado. “A flexibilização não é apenas necessária. É uma questão de sobrevivência”, argumenta Gômara. Ele resalta que as mudanças não produzem a precarização das relações de trabalho, mas tendem a gerar empregos ao reduzir os níveis de judicialização de questões trabalhistas. Só no ano passado, foram quatro milhões de novas ações na Justiça do Trabalho, lembra Furlan, da CNI. É uma ação para cada seis trabalhadores formais.

Gômara destaca que flexibilizar as relações trabalhistas não significa que o Brasil não terá mais leis sobre o tema: a ideia é atender o mínimo exigido pela legislação e permitir a negociação entre empregados e empregadores, com

presença das entidades representativas. “Não estamos falando em suprimir a lei”, reforça Furlan. Segundo o diretor da CNI, é preciso considerar a maturidade atual da classe trabalhadora e a capacidade de negociação. “Não estamos a defender uma bandeira pró-empresa, mas pró-nação”, diz Furlan, ressaltando que o novo marco de regulação não cogita tocar em questões garantidas pela Constituição, como carga horária, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 13º salário.

O presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), José Pastore, lembra que é importante assegurar um equilíbrio entre o negociado e o legislado. “As regras negociadas, assim como as legisladas, são de igual importância para as boas relações do trabalho. E as duas são legais”, afirma. Ele cita que a negociação tem vantagem sobre a lei quando há a

necessidade de acertos em situações específicas. “Por exemplo, numa hora de forte recessão, como a que o país atravessa neste momento, as partes podem estar interessadas em fazer certas concessões para preservar o emprego. Demitir não é do interesse nem do empregado, nem do empregador”, diz Pastore.

Segundo o coordenador de atendimento técnico sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Airton Santos, a hipótese de flexibilização das regras sobre as negociações trabalhistas é assunto que ainda provoca muita polêmica, inclusive dentro dos movimentos sindicais. Ele considera que, em princípio, fortalecer o mecanismo da negociação seria positivo, desde que não haja imposição de empregadores sobre sindicatos pequenos. “Se existe um sindicato de fato representativo, organizado, com força na mesa de negociação, esse sindicato não teria problemas para olhar essa negociação de forma mais liberal”, diz Santos.

O AUMENTO DO DESEMPREGO

(Taxa de desocupação no Brasil, em %)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

SEIS PROJETOS NO CONGRESSO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI 4193/2012

Autor: Deputado Irajá Abreu (PSD/TO)

Ementa: Altera a redação do artigo 611 da CLT, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.



PROJETO DE LEI 7341/2014

Autor: Deputado Diego Andrade (PSD/MG)

Ementa: Estabelece a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre as Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 4193/2012).



PROJETO DE LEI 427/2015

Autor: Deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)

Ementa: Acrescenta dispositivos à CLT, dispondo sobre o procedimento conjunto de jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho, para possibilitar a homologação de acordo extrajudicial firmado pelos interessados.

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.



PROJETO DE LEI 944/2015

Autor: Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR)

Ementa: Altera a redação dos artigos 618, 643 e 652 da CLT. Trata do reconhecimento jurídico dado aos acordos e convenções negociados pelas partes e estabelece que os acordos extrajudiciais serão homologados e dirimidos pela Justiça do Trabalho.

Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 427/2015).



PROJETO DE LEI 4962/2016

Autor: Deputado Julio Lopes (PP/RJ)

Ementa: Altera a redação do artigo 618 da CLT. Trata da flexibilização temporária da jornada de trabalho e do salário mediante acordo coletivo de trabalho.

Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 944/2015).



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO 397/2015

Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Ementa: Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Situação: Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Remetida à Câmara dos Deputados em dezembro de 2015.



CONVITE À NEGOCIAÇÃO

PROJETO DO DEPUTADO FEDERAL JULIO LOPES (PP-RJ) ESTIMULA
TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS A CELEBRAREM ACORDOS COLETIVOS

Simplificação e atualização das negociações trabalhistas no mundo atual, aumento da produtividade e empoderamento do trabalhador – esses são alguns dos conceitos defendidos pelo deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), autor do Projeto de Lei 4962/2016, o mais recente texto em tramitação no Congresso a tratar do aprimoramento das regras sobre negociações entre trabalhadores e empresários. O parlamentar diz que a proposta é “a mais singela possível”, ao prever a flexibilização da lei, sempre sob o marco da Constituição Federal.

O senhor apresentou projeto propondo alteração no Artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata dos acordos coletivos. Por que o senhor considera importante a flexibilização das regras trabalhistas?

É apenas mais uma iniciativa legislativa, entre tantas que tentaram simplificar as

relações do trabalho. Não é um problema legal, é um problema cultural. Essas questões precisam mais de intervenção na cultura, na informação, do que de uma ação legislativa. O Congresso legisla demais, faz leis demais e a questão nem sempre é fazer leis. Está no papel do Congresso, também, fazer cultura, fazer informação.

Quando o senhor fala em direitos estruturais, quais são?

É aquilo que a Constituição prevê como direito fundamental do trabalho. É o direito à vida decorrente da atividade do trabalho, à remuneração e à integridade física, cultural e social. Isso preservado, tudo que for acordado em benefício das partes deve prevalecer. É o que está dito nos artigos 7º e 8º da Constituição Federal. Aliás, está explícito na Constituição que salários e horários podem ser flexibilizados.

O Programa de Proteção ao Emprego já representaria essa mudança?

Obviamente. Não vejo valor legislativo especial no que proponho. É apenas um esforço, mais uma vez, de colocar (em prática) o que a Constituição já prevê.

Essa mudança ajudaria a melhorar o desemprego, no curto prazo?

Não tenho dúvida. Até porque a natureza e as características do trabalho mudam dia a dia. Com uma sociedade em evolução, as regras têm de ter flexibilidade. São de séculos atrás as estruturas de controle do trabalho no Brasil. A própria carteira de trabalho e as anotações, pela empresa e pelo trabalhador, são anacrônicas e geram custos desnecessários. Geram desemprego, pois crescem custos.

Há críticas, apontando perdas aos trabalhadores e ganhos para as empresas. O senhor concorda?

Temos de ser honestos. Tem um lado muito preocupante, que é a



Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

Julio Lopes diz que o negociado não prevalece sobre o legislado: “só pode existir um acordo que seja legal”

estabilidade dos sindicalistas. Não que eu seja contra a estabilidade, mas a verdade é que quanto pior a situação, mais importantes são os sindicalistas. Como eles têm estabilidade, é uma situação dúbia, de contrassenso, porque quanto mais difícil está a situação, mas forte fica o sindicato. A diretoria tem estabilidade e isso serve para pressões exageradas em situações conflituosas, muitas vezes em prejuízo do trabalho.

Qual a saída?

Não adianta pensar que, com uma lei ou dez, vamos resolver o assunto. Não será no aspecto legal, legislativo. Não adianta reunir dez, cem deputados e fazer mil leis. Elas terão efeito inócuo. Não interessa debater leis, seus parágrafos. Interessa debater a tese de que precisamos fazer com que a sociedade entenda que homens e mulheres de bem têm de se sentar, se entender e fazer pactos

coletivos, não agredindo os interesses protegidos pela Constituição, em benefício mútuo.

E o que o senhor diz sobre a prevalência do negociado sobre o legislado?

Quando se diz que o acordo prevaleça sobre o que é legal, isso não é verdade, é impróprio. Só pode existir um acordo que seja legal. Proponho acordo legal, porque tem previsão constitucional.

Em seu projeto, é citada a “redução temporária de direito legalmente assegurado”, especialmente em período de dificuldade econômica e financeira da empresa ou do setor. Quais seriam as condições para isso ser posto em prática?

Estamos em cenário de crise, com 11,4 milhões de desempregados. Muitos dos postos de trabalho estão se perdendo por causa da inflexibilidade das leis ou

dos custos do emprego. Esse custo tem questões de anacronismo, superproteção, que poderiam ser suprimidas pelo arbítrio de trabalhadores e de empresários, de comum acordo.

A flexibilização melhoraria o nível de emprego?

Estamos falando do empoderamento do trabalhador e do empregador. É dizer: vocês são adultos, inteligentes e socialmente hábeis para pactuar vantagens interessantes e comuns.

Há espaço, hoje, para discutir esse assunto?

É a discussão do momento. O mais interessante no meu projeto é que ele é o mais singelo possível. Tenta simplesmente convidar: “ei, será que não dá para a gente discutir isso de novo?”. O meu projeto faz um chamamento para a mesma e velha discussão, neste novo momento.

SITUAÇÃO É GRAVÍSSIMA

UMA DAS LIDERANÇAS NO DEBATE SOBRE A NOVA REGULAÇÃO TRABALHISTA, A SENADORA GAÚCHA DIZ QUE É NECESSÁRIO PACTUAR DIANTE DA CRISE

Preocupada com o nível de desemprego no país, a senadora Ana Amélia (PP-RS) defende o debate sobre novos marcos legais na regulamentação das relações de trabalho que ajudem a gerar empregos e a promover o crescimento econômico. Ela acredita que é possível encontrar uma solução positiva, tanto para trabalhadores quanto para empresários, que respeite direitos trabalhistas e promova a recuperação da economia.

A legislação trabalhista brasileira está ultrapassada? Tem de ser aprimorada?

Evidentemente, geração de emprego e reativação econômica são prioridades. A situação social é gravíssima. Especialistas e autoridades, incluindo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, estimam que, até o fim do ano, mais de 14 milhões de brasileiros estarão desempregados, estatística trágica, que exige medidas pontuais e rápidas. Aprimorar

leis que permitam o atingimento dessa meta é, sem dúvida, um caminho a ser seguido.

A CNI defende um sistema de relações de trabalho que incentive e priorize a negociação voluntária e descentralizada, dentro de um marco regulatório básico, não intervencionista. A senhora concorda com essa proposta?

É bem-vinda qualquer medida que estimule a retomada do crescimento econômico e crie novas vagas no mercado de trabalho, independentemente do setor. Tão importante quanto garantir direitos dos trabalhadores, que são cláusulas pétreas, e combater o desemprego, é a reativação sustentável da economia e o combate à crise, com a atração de mais investimentos e desenvolvimento da economia, ajudando na geração de emprego e renda. Nesse sentido, negociações voluntárias e descentralizadas

podem ajudar, se forem pontuais, claras e detalhadas. A sociedade mudou muito nas últimas décadas. Marcos legais atualizados, que acompanhem a realidade, são necessários.

Regras mais flexíveis nas relações trabalhistas ajudariam a reverter o desemprego?

Vai depender do caso. Mais de 11 milhões de brasileiros estão sem emprego. Em qualquer grande cidade é comum (vermos) enormes filas, sobretudo de jovens, à procura de trabalho ou recolocação. A situação é tão crítica, com reflexos importantes nas contas públicas, que o governo federal foi obrigado a mudar as regras para tentar acelerar a concessão do seguro desemprego, comprovando a fase ruim da economia e a enorme onda de demissões.

Qual deveria ser o alcance de uma mudança regulatória nessa área?



Foto: Renan Arais

Ana Amélia lembra que em qualquer cidade grande do Brasil já é comum ver filas enormes de pessoas a procura de trabalho

A lei que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, por exemplo, incluiu seguro desemprego, salário-família, auxílio-creche e seguro contra acidentes de trabalho. Em vez de perda de direitos, os mesmos foram ampliados. A lei foi clara e detalhada. Obviamente, o atual momento não permitiria mudanças tão significativas e inviabilizaria as contratações neste momento de retração. No entanto, questões básicas, como jornada de trabalho, férias e 13º salário são inalteráveis. Direitos já conquistados devem ser mantidos. O contrário significará problemas, não soluções.

Que cuidados devem ser tomados na modernização da legislação trabalhista?

Exceções precisam estar explícitas na lei. As regras têm de ser claras e transparentes para proteger empregados e empregadores. Caso a sociedade decida que a flexibilização da lei trabalhista seja

importante para viabilizar novas contratações e a retomada do crescimento econômico, o marco legal precisa explicitar isso. É preciso criar mecanismos para que a legislação não seja alterada deliberadamente ou manipulada, sem critérios mínimos de respeito aos direitos já conquistados.

As atuais regras trabalhistas inibem investimentos?

A modernização das leis, em qualquer país do mundo, é fator importante de atração de investimentos, mas não o único. Não adianta uma legislação moderna, atualizada, se as condições fiscais e políticas não estiverem em sinergia com essas mudanças. Historicamente, o Brasil tem uma série de limitações, como as tributárias e fiscais, que dificultam a atração de investimentos. A burocracia e a falta de planos claros e alinhados com os desembolsos orçamentários, como tem

ocorrido nos últimos anos, é um problema grave. A legislação é parte desse processo.

O atual momento é propício para avançar no debate sobre o tema?

O Brasil nunca viveu uma crise política tão prolongada e crônica. O sistema político-partidário brasileiro passa por um momento crítico, de crise moral, que exige reinvenções e remodelamentos. O modelo atual de se fazer política chegou ao limite. Qualquer mudança exigirá maturidade das instituições e o envolvimento de toda a sociedade em favor de objetivos específicos, reformadores. É insano continuar fazendo as coisas do mesmo jeito e esperar resultados diferentes. Nesse sentido, o debate sobre como gerar mais empregos é essencial, apesar das dificuldades políticas existentes. A reforma do sistema político é urgente, tanto quanto a geração de emprego e renda.



Sede da Anatel em Brasília, primeira agência reguladora do país, criada em 1997

AUTONOMIA PARA REGULAR E FISCALIZAR

SUBORDINAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS AO GOVERNO COMPROMETE
SEU PAPEL E TRAZ INSEGURANÇA A INVESTIDORES, DIZEM ESPECIALISTAS

O movimento em prol do fortalecimento das agências reguladoras brasileiras é visto com bons olhos pelos investidores nacionais e internacionais. É a tradução da garantia de maior segurança para o mercado e da criação de um ambiente favorável aos negócios, especialmente para empresas que investem em setores estruturantes, como telefonia, aviação e energia elétrica.

As principais propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para dar segurança jurídica aos investidores nessa área são a criação de um marco legal que regulamente o funcionamento igualitário das agências, conceda a elas

autonomia financeira, orçamentária e administrativa, permita maior transparência e mais acesso aos termos regulatórios de cada setor, além de conceber um mecanismo de escolha técnica dos dirigentes desses órgãos.

Para o gerente-executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da CNI, Pablo Cesário, o problema que a falta de segurança pode provocar é a perda do interesse dos investidores privados no Brasil. “Em um momento de crise econômica e fiscal como a que passamos, é imprescindível que o governo reveja os métodos e o tratamento dado às agências reguladoras, sob pena da ausência gradativa

dos investidores”, alerta Cesário.

O consultor em regulação Jadir Proença, ex-funcionário da Casa Civil da Presidência da República, afirma que dois dos maiores entraves para o funcionamento das agências reguladoras são seu vínculo de subordinação aos ministérios e a indicação política de seus dirigentes. Para o especialista, não tratar o trabalho dessas instituições como uma política de Estado e, sim, de governo, é ir na contramão do que é praticado em muitos países.

O documento “Regulação e Desburocratização: propostas para melhoria do ambiente de negócios”, elaborado pela

CNI e entregue ao Governo Federal, em novembro do ano passado, aponta diretrizes para o fortalecimento das agências reguladoras no país, com o objetivo de criar um ambiente favorável aos negócios e apoiar o crescimento da produtividade e da inovação.

Para Thiago Botelho, presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (ANER), é impensável garantir uma melhor fiscalização dos serviços concedidos pelo Estado e em execução pelas empresas sem possuir liberdade financeira e autonomia para gerir seus próprios recursos.

Segundo Botelho, isso é prejudicial não apenas para o consumidor, mas para as próprias empresas, que se veem em um ambiente jurídico inseguro. "Enquanto há empreendimentos que seguem as regras, há outros tantos que não seguem. Estar financeiramente impedido de realizar uma fiscalização mais efetiva é prejudicial para o mercado como um todo", opina o presidente da ANER.



foto: Miguel Ângelo

Pablo Cesário (CNI) diz que o tratamento dado às agências afasta investidores

Saiba quais são as agências reguladoras brasileiras

-  Agência Nacional de Águas (ANA);
-  Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
-  Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
-  Agência Nacional do Cinema (Ancine);
-  Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
-  Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
-  Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
-  Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
-  Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
-  Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)



Fábricas terão uso mais intensivo da computação e da comunicação digital, com aumento da produtividade

A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

EMPRESÁRIOS E CIENTISTAS BRASILEIROS PREPARAM-SE PARA A INSTALAÇÃO NO BRASIL DA INDÚSTRIA 4.0, ONDE A PALAVRA DE ORDEM É CONECTIVIDADE

Assim como um smartphone tem poder de processamento de dados muito maior do que o computador que levou o homem à lua, a Indústria 4.0 está deixando para trás os conceitos tradicionais das esteiras de produção manufatureira. A Internet é a anfitriã dessa nova fase, ao estabelecer a comunicação de componentes com máquinas, de máquinas com trabalhadores e de trabalhadores com trabalhadores, num ciclo de permanente interconexão. Esta tem sido considerada por muitos como a quarta revolução industrial, que chega aos poucos, de forma silenciosa, mas impositiva, adequando a produção ao mercado, à redução de custos, à customização e às exigências naturais de um entorno competitivo.

A nova tendência não agrega exatamente apenas um novo conceito, como ocorreu com a chegada da energia a

vapor, com a energia elétrica e a automação, nas revoluções industriais anteriores. Mistura propostas como Internet das coisas, robótica, inteligência artificial e impressão 3D. “Há várias tecnologias que podem se combinar. O que tem de transversal na Indústria 4.0 é a tecnologia digital”, explica o gerente-executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emílio Gonçalves.

A diferença em relação à automação dos anos 1980, explica Gonçalves, é ter toda uma rede em comunicação constante. Assim, peças contarão com sensores e, assim, poderão “avisar”, antes do desgaste, que precisam ser substituídas. O alerta vai acionar, com antecedência, a fabricação de uma nova peça, otimizando o momento da troca. No “Big Brother” industrial, a produção estará vigiando a si mesma. Parte do parque industrial

brasileiro já está apta a aderir a essa revolução, mas ainda não a experimenta na prática por falta de conexão, avalia o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

Símbolo da nova onda é a “manufatura aditiva”, ou seja, a impressão em 3D, que permite a produção de peças, protótipos e objetos diversos. Isso prova que a Indústria 4.0 já chegou. A questão é em qual momento torna-se viável. “Hoje já é possível imprimir um livro em casa, mas não é economicamente viável”, compara Gonçalves.

O resultado final do conceito da Indústria 4.0 garante maior flexibilidade na linha de produção e, portanto, maior capacidade de customização. Torna possível produzir, em massa, itens diferentes, de acordo com o gosto do consumidor final, com estoques menores, gastos de energia reduzidos e maior rapidez no



Fotos: HANNOVER MESSE



Produtos da Indústria 4.0 exibidos na última edição da Feira de Hannover, ocorrida em abril na Alemanha

atendimento à demanda. “Se você fica mais produtivo, ganha mercado e vende mais”, destaca Fonseca.

Em abril passado, a CNI liderou uma delegação de 16 empresas brasileiras rumo à Feira de Hannover, na Alemanha, em missão que permitiu conhecer de perto o que há de mais avançado na Indústria 4.0. A iniciativa nasceu dos Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), coordenada pela CNI, e contemplou visitas a indústrias alemãs que já aplicam os conceitos da manufatura avançada.

No Brasil, um embrião dessa nova etapa está sendo inaugurado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

(Poli-USP). Em 2017, a faculdade abrirá sua “Fábrica do Futuro”. O espaço físico está garantido, assim como o investimento inicial. O desafio, agora, é estabelecer parcerias principalmente com empresas que fabricam máquinas e equipamentos, consultorias e firmas da área de tecnologia da informação, explica o professor de Engenharia de Produção da USP Eduardo Zancul.

“Já há no curso a questão de planejar a produção, mas agora isso será feito com metodologias e tecnologias superatualizadas, afinadas com o que há de mais moderno no mundo”, aponta Zancul. Um exemplo é o uso de

equipamentos que rastreiam os produtos únicos no ‘chão de fábrica’ com tecnologia RFID (sigla para Identificação por Rádio Frequência, em inglês), além da marcação de componentes com o *QR code*.

Segundo o professor da USP, o Brasil tem vantagens em relação a outros países, como um parque industrial forte e base universitária relevante. Para Zancul, o importante é identificar pontos nos quais o país é mais competitivo e apostar no desenvolvimento de tecnologias 4.0 para essas áreas, estabelecendo um padrão de competitividade em nível mundial, avalia o professor.

VOCABULÁRIO BÁSICO DA NOVA REVOLUÇÃO

INDÚSTRIA 4.0

Sistema em que produto e produção estão em permanente comunicação



CONECTIVIDADE

Integração de toda a cadeia e comunicação entre máquinas e sistemas

EFICIÊNCIA

Uso racional de recursos e adaptação às necessidades de produção

CUSTOMIZAÇÃO

Produtos individualizados, mesmo em uma cadeia de produção em massa



ALEMANHA E EUA LIDERAM CORRIDA 4.0

INVESTIMENTOS ALTOS INIBEM A TRANSIÇÃO PARA A MANUFATURA AVANÇADA NO BRASIL, MAS SEM ELES A DISTÂNCIA EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DESENVOLVIDOS VAI AUMENTAR

Alemanha e Estados Unidos, seguidos de perto pela China, concentram, atualmente, o que há de mais avançado no desenvolvimento dos conceitos da Indústria 4.0, a manufatura avançada, aponta o professor Eduardo Zancul, da área de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Cada vez mais não será apenas o baixo custo da mão de obra que garantirá mercado às economias competitivas, diz o professor.

Boa notícia no Brasil foi o estudo divulgado no fim de maio pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulado *Sondagem Especial Indústria 4.0*, que revela que quase metade das indústrias brasileiras utiliza pelo menos uma das dez tecnologias digitais pesquisadas. Isso inclui automação digital com ou sem sensores, manufatura aditiva (3D) e coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados (*big data*). A pesquisa identificou que, para 66% das

empresas, o custo de implantação é a principal barreira interna à adoção de tecnologias digitais.

A Indústria 4.0 exige, de fato, altos investimentos, mas sem eles a distância que nos separa dos países desenvolvidos tende a aumentar ainda mais. No Brasil, um exemplo de sucesso nessa corrida tem sido a Embraer, que vem utilizando simulação de alta performance, realidade ampliada e softwares para estudar o ciclo de vida de seus produtos e conquistar mercados.

A INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS TECNOLOGIAS 4.0

SETORES QUE MAIS USAM %

Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	61
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	53
Máquinas e equipamentos	53
Metalurgia	51
Produtos de material plástico	49
Produtos diversos	49
Produtos têxteis	47
Veículos automotores	46
Químicos (exceto HPPC) (1)	45

SETORES QUE MENOS USAM %

Calçados e suas partes	29
Vestuário e acessórios	29
Minerais não metálicos	28
Farmoquímicos e farmacêuticos	27
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	25
Outros equipamentos de transporte	23

FONTE: Sondagem Especial Indústria 4.0

EM QUEDA LIVRE

EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI PELO 15º MÊS CONSECUTIVO
E ACUMULA REDUÇÃO DE 10,9% DESDE JANEIRO DE 2015

A severidade da crise econômica ceifou mais milhares de empregos da indústria em abril. Segundo os *Indicadores Industriais* monitorados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), naquele mês o número de vagas de trabalho diminuiu 0,5%, em cálculo dessazonalizado. Agora, esse indicador acumula 15 quedas seguidas, indicando uma vertiginosa redução de 10,9% nas vagas de trabalho da indústria desde janeiro de 2015, o que equivale a aproximadamente 1 milhão de empregos perdidos.

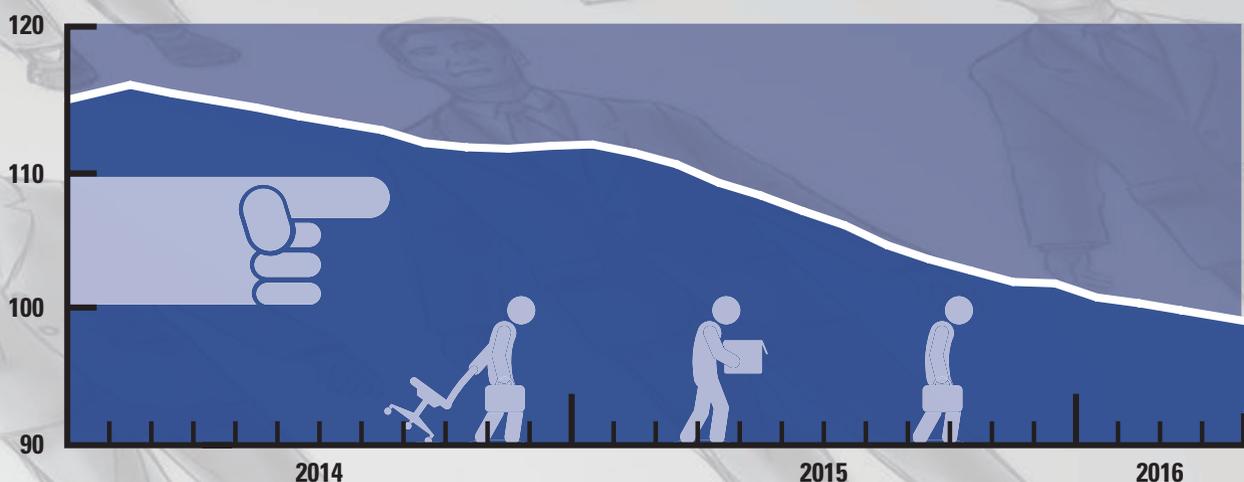
Os indicadores em abril também mostraram queda de 0,6% no faturamento real e diminuição de 0,3% na utilização da capacidade instalada. Na comparação entre abril de 2015 e abril deste ano, o faturamento real já caiu 9,9%, em cálculo também livre de efeitos sazonais. Já a utilização da capacidade instalada caiu 2,8 pontos percentuais na comparação entre abril do ano passado e o mesmo mês de 2016.

As variações positivas foram observadas em três indicadores industriais monitorados. O número de horas trabalhadas

na produção, que registrou pequeno aumento de 0,3% em abril último, interrompeu a série de quedas mensais inaugurada em 2014. A variação na massa salarial real, com sutil variação positiva de 0,4%, também sugere estabilidade para um índice que vem desenhando forte queda desde o início do ano passado. Finalmente, o rendimento médio real do trabalhador subiu 1,1%, mantendo-se durante todo este período de crise econômica em torno dos 115 pontos, o que equivale a 15% a mais do que o rendimento médio real registrado no país em 2006, ano base da pesquisa.

EMPREGOS DESAPARECEM

DADOS DESSAZONALIZADOS (ÍNDICE DE BASE FIXA: MÉDIA 2006 = 100)



FONTE: Indicadores Industriais CNI, Ano 18, Número 4, abril de 2016

ÍNDICE DE CONFIANÇA TEM ALTA RECORDE

EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS DEMONSTRAM MENOR PESSIMISMO EM PESQUISA DA CNI FEITA ÀS VÉSPERAS DA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT NO SENADO

Desde que começou a ser calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em janeiro de 2010, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) jamais havia registrado um aumento tão grande num só mês: 4,5 pontos de abril para maio. O indicador é resultado de ampla pesquisa com 3.137 empresas de pequeno, médio e grande porte em todas as regiões e segmentos industriais do país.

A variação levou o ICEI aos 41,3 pontos, marca mais alta em 16 meses, mas ainda assim abaixo dos 50 pontos que separam o clima de confiança do

ambiente da falta de confiança empresarial, que hoje domina o setor produtivo industrial. Atualmente, as pequenas empresas são as mais pessimistas (ICEI de 38,8 pontos), resultado da menor margem que têm para enfrentar o estresse financeiro e comercial provocado pela crise atual. Médias e grandes empresas reportam índices um pouco melhores, de 40,2 e 43,0 pontos, respectivamente.

O ICEI é calculado a partir de questões apresentadas às empresas quanto às condições atuais, em comparação com os últimos seis meses da

economia brasileira e da própria empresa entrevistada. Em sentido prospectivo, a pesquisa contempla questões sobre as expectativas com relação aos próximos seis meses sobre a economia brasileira e, novamente, sobre a própria empresa. A partir das respostas a estas quatro questões, formula-se o indicador, divulgado mensalmente. A maior variação positiva se deu nas expectativas com relação ao futuro da economia brasileira, que passou de 32,0 pontos em abril para 40,6 pontos em maio, registrando crescimento de 8,6 pontos.

COMPONENTES DO ICEI

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL

Componente		Abril/16	Maior/16	Varição
Condições atuais da economia brasileira		18,9	22,6	+3,7
Condições atuais da empresa		32,7	33,9	+1,2
Expectativas com relação à economia brasileira		32,0	40,6	+8,6
Expectativas com relação à empresa		46,2	50,3	+4,1
ICEI		36,8	41,3	+4,5

ICEI NOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS

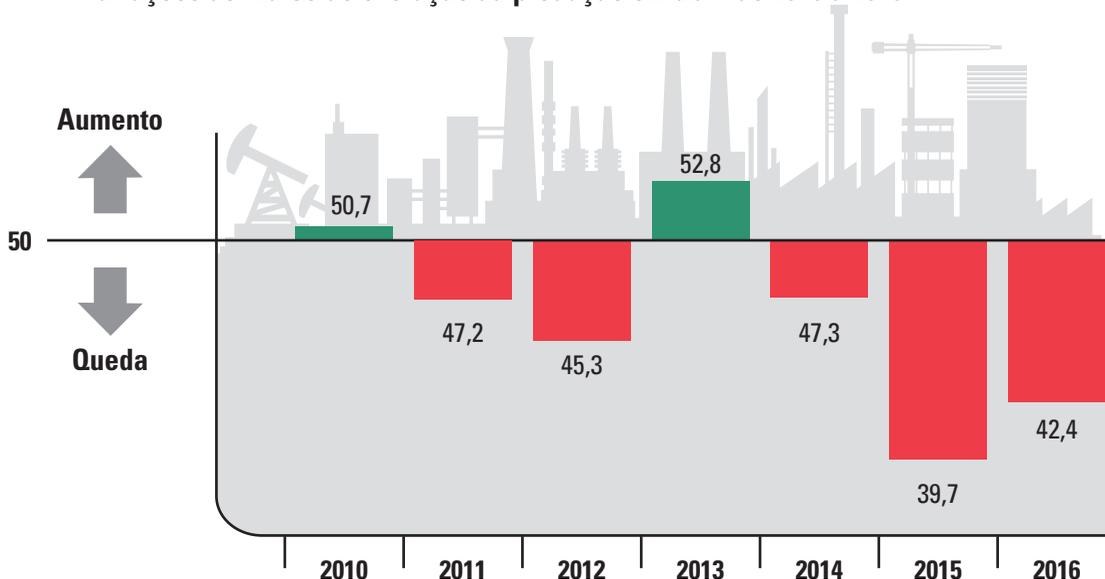
REPRESENTANTES ATUARIAM EM POSTOS ESTRATÉGICOS

Segmento		Abril/16	Maior/16	Varição
Indústria da construção		35,5	40,4	+4,9
Indústria extrativa		39,9	45,4	+5,5
Indústria da transformação		37,0	41,3	+4,3
Pequenas empresas		35,3	38,8	+3,5
Médias empresas		35,6	40,2	+4,6
Grandes empresas		38,2	43,0	+4,8

SONDAGEM INDUSTRIAL | NOVAS QUEDAS

O índice de evolução da produção apurado em abril marcou 42,4 pontos, o que mostra uma disseminada e intensa queda da produção industrial no mês. Apesar de ser um dado menos negativo do que o apurado em abril de 2015, quando chegou a 39,7, o resultado está distante dos 50 pontos que marcam estabilidade produtiva. O relatório Sondagem Industrial de abril também apontou quedas na utilização da capacidade instalada efetiva em relação à usual e na expectativa de quantidade exportada. Mantiveram-se estáveis os dados de intenção de investimento e de expectativa de demanda.

Variações do índice de evolução da produção em abril de 2010 a 2016

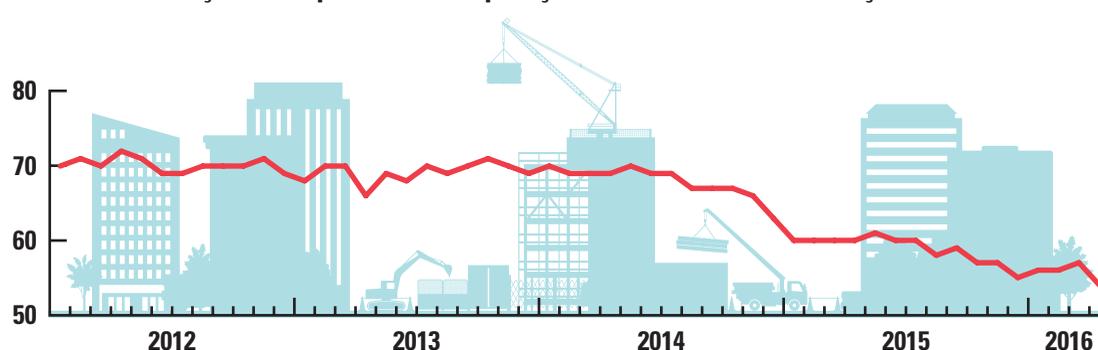


FONTE: Sondagem Industrial, ano 19, número 4, abril de 2016.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | NÚMEROS FRACOS

O índice de utilização da capacidade de operação da indústria da construção atingiu seu valor mínimo histórico em abril, com apenas 54%, 12 pontos abaixo de sua média desde que o indicador começou a ser calculado em janeiro de 2012. A pior queda foi registrada entre empresas de grande porte, cujo índice caiu 5 pontos (de 60% para 55%). Médias e pequenas empresas tiveram reduções menos pronunciadas, de 1 e 2 pontos percentuais, respectivamente. A indústria da construção também registrou queda no nível de atividade e no número de empregados, com manutenção do indicador de atividade em relação ao usual. A pesquisa foi realizada entre 2 e 12 de maio e ouviu 607 empresas do setor.

Índice de utilização da capacidade de operação da indústria da construção

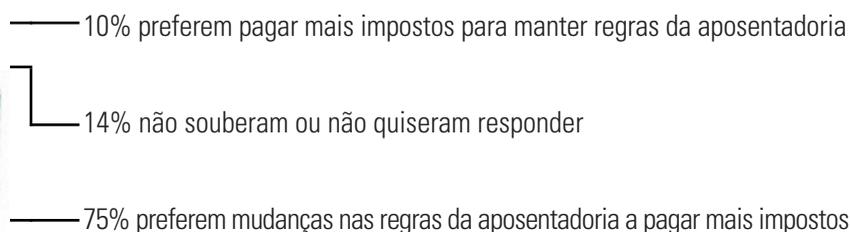


FONTE: Sondagem Indústria da Construção, ano 7, número 3, abril de 2016.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA | APOIO MAJORITÁRIO

Nada menos que 75% dos brasileiros preferem reformar as regras de aposentadoria no país a pagar mais impostos para financiar o atual sistema deficitário. Apenas 10% dos entrevistados disseram preferir um aumento de impostos a uma mudança nas regras e 14% não souberam opinar, em pesquisa conduzida pelo Ibope Inteligência, em dezembro de 2015, e divulgada em maio pela CNI. Entre várias mudanças testadas no levantamento, as propostas com maior apoio são as que estabelecem igualdade de regras de aposentadoria para homens e mulheres (62%), para professores do ensino fundamental e médio e outras categorias profissionais (65%) e para trabalhadores rurais e urbanos (50%).

Mudanças na previdência ou aumento de impostos?

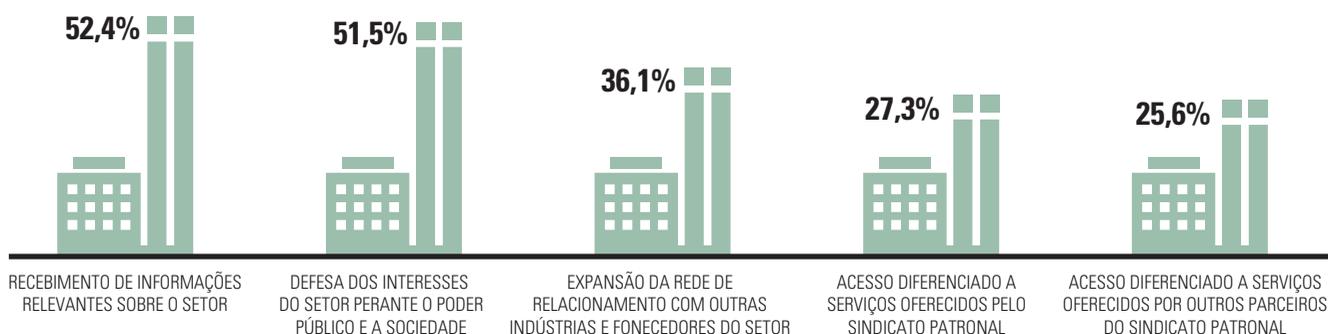


FONTE: Retratos da Sociedade Brasileira - Previdência, ano 5, número 32, maio de 2016.

SINDICATOS EMPRESARIAIS | PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

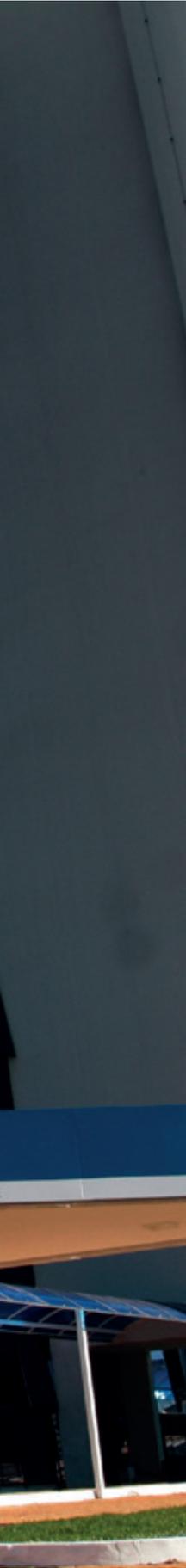
Empresários da indústria consideram que os principais benefícios em estarem associados a sindicatos e outras organizações de representação são o recebimento de informações relevantes sobre o setor e a defesa de interesses perante o poder público e a sociedade. Mais da metade dos 376 estabelecimentos industriais ouvidos apontaram essas duas razões como as mais importantes para sua sindicalização, conforme estudo feito no fim de 2015, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). A pesquisa explorou temas como o associativismo, a defesa de interesses, a negociação coletiva, os serviços e as características de comunicação e relacionamento mais presentes na representação da indústria nacional.

Principais benefícios que as indústrias percebem por estarem associadas aos sindicatos



A soma dos percentuais é diferente de 100% porque cada respondente podia escolher até três benefícios





A URGENTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

APOSENTADORIAS PRECOSES E AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA
COLOCAM EM RISCO AS CONTAS DO SISTEMA DE SEGURIDADE

Dados oficiais informam que, no Brasil, a idade média para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição no setor privado é de 56 anos para os homens e de 53 para as mulheres. Em várias profissões, esse é o auge da capacidade produtiva. Distorções como essa mostram a urgência da reforma do sistema previdenciário brasileiro.

O economista Rogério Nagamine, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lembra que a expectativa de vida da população brasileira está em pleno crescimento e, como muitas pessoas continuam se aposentando cedo, acabam recebendo o benefício por mais tempo e provocando desequilíbrios financeiros no sistema.

A reforma da Previdência compõe, ao lado da reforma trabalhista e da tributária, o tripé de mudanças regulatórias estruturais defendidas pela

Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, a mudança nas regras da Previdência Social é urgente. “Ou se faz a reforma já ou se aumenta a carga tributária, que é extremamente pesada no Brasil e que o setor privado não consegue mais pagar”, alerta o dirigente.

O governo federal discute atualmente um projeto de emenda à Constituição sobre o assunto, que deve ser levado ao Congresso Nacional ainda este ano. Para conseguir aprovar sua proposta de reforma da Previdência, o presidente interino Michel Temer precisa reunir o apoio de três quintos dos deputados federais e senadores, em dois turnos de votação em cada Casa.

Entre as propostas em debate estão o estabelecimento de idade mínima para a aposentadoria, que



Foto: José Paulo Lacerda

Estudos coordenados por Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, retratam o desequilíbrio

seria igual para homens e mulheres, a modificação das regras das pensões por morte, a desvinculação do reajuste dos benefícios pelo salário mínimo, a convergência dos sistemas previdenciários existentes no país e as formas de acesso e de financiamento à aposentadoria para o trabalhador rural.

Hoje, para se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a idade mínima para as mulheres é de 60 anos e, para os homens, é de 65 anos, sendo necessário ao menos 15 anos de contribuição para a Seguridade Social.

No entanto, quem opta por se aposentar por tempo de contribuição deve cumprir o período de 30 anos, no caso das mulheres, e de 35 anos, para os homens. Nessa situação, o trabalhador pode usar a fórmula progressiva dos 85/95 pontos, que soma o tempo de contribuição com a

idade do segurado. Com isso, se o trabalhador cumpre o período de contribuição mais cedo, pode se aposentar antes dos 60 anos de idade, como ocorre com a maioria dos trabalhadores, homens ou mulheres.

“Ou se faz a reforma já ou se aumenta a carga tributária, que é extremamente pesada no Brasil e que o setor privado não está disposto a pagar”

Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI

Rogério Nagamine avalia que a reforma da Previdência é necessária primeiro para assegurar a sustentabilidade do sistema, que gasta cada vez mais do que arrecada. Em 2015, os gastos representaram 12% do Produto Interno Bruto (PIB) e, para 2016, a expectativa é de que atinja os

13% do PIB. “Países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, possuem o dobro de idosos, mas têm despesas bem menores que as nossas”, diz o especialista. Nesses países, a idade mínima para se aposentar foi alterada

e, gradativamente, chegará aos 67 anos até 2050.

Em 2015, o déficit da previdência no Brasil foi de R\$ 213 bilhões, resultado de três sistemas cujas despesas superam as receitas. No setor privado, onde vale o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o déficit foi

de R\$ 86 bilhões. No Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), vigente apenas para servidores públicos e militares da União, a conta ficou em R\$ 73 bilhões. Já nos regimes previdenciários dos servidores públicos de estados e municípios, o saldo negativo somou R\$ 54 bilhões.

A CNI DEFENDE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CONHEÇA ALGUMAS DAS PROPOSTAS DE MUDANÇA:



Adoção de idade mínima e período de transição

Adoção de idade mínima para a aposentadoria, que seria de 65 anos para ambos os sexos, incluindo alguns trabalhadores que estão na ativa. Uma regra de transição entre os sistemas em vigor está sendo estudada para quem já está no mercado de trabalho.



Desvinculação do mínimo

Não atrelar o reajuste da aposentadoria ao aumento real do salário mínimo.



Benefícios sociais

Revisão dos beneficiados – idosos e deficientes de baixa renda – pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que recebem um salário mínimo.

COMO FUNCIONA HOJE O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
(Vigente para trabalhadores do setor privado)



Trabalhadores urbanos

Por idade: há uma idade mínima.

Mulheres: 60 anos, com pelo menos 15 anos de contribuição

Homens: 65 anos, com pelo menos 15 anos de contribuição



Por tempo de contribuição: não há idade mínima, mas sim tempo de contribuição mínimo.

Mulheres: 30 anos

Homens: 35 anos

* Neste caso, quem atinge o tempo mínimo de contribuição sofre desconto do fator previdenciário.



Fator previdenciário

Considera idade, tempo de contribuição e expectativa de vida. Reduz benefícios em até 50%.



Regra 85/95

Até 2018, trabalhadores se aposentam com benefício integral quando a soma da idade e do tempo de contribuição atingir 85 pontos para mulheres e 95 pontos para homens.

* O aumento é gradativo, ano a ano, até atingir 90/100 pontos, respectivamente, em 2027.



Trabalhadores rurais

Não precisam recolher ao INSS, mas devem comprovar que atuaram na atividade rural. Mulheres precisam ter no mínimo 55 anos de idade e homens, 60.



FIEMS PREPARA DELEGAÇÃO À EXPO ALIMENTÁRIA 2016

O Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (FIEMS) está com inscrições abertas para a missão empresarial à Expo Alimentária 2016. O encontro acontecerá entre os dias 28 e 30 de setembro, em Lima, capital do Peru e polo gastronômico da América do Sul. A feira é voltada para os segmentos de alimentos e bebidas, envases e embalagens e máquinas e equipamentos. Mais informações podem ser obtidas no e-mail internacional@fiems.com.br.

AMAZONAS BUSCA ATALHOS PARA A EXPORTAÇÃO

Para viabilizar a exportação de produtos amazonenses e desenvolver novas matrizes econômicas no estado, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) se reuniu com produtores locais, principalmente das áreas de piscicultura e do agronegócio. O encontro contou com a participação da Trading Mitsui & Co. (Brasil) S.A., empresa importadora e exportadora de produtos, que atua há cinco anos em Manaus. Segundo o vice-presidente da FIEAM, Nelson Azevedo, é preciso unir forças para ajudar os produtores a conquistar novos mercados.



Foto: Cristino Martins / Arquivo AG



CURSO NO CEARÁ ENSINA COMUNICAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), em parceria com outras entidades, promoveu em maio o curso “Comunicação para Inovação”, dirigido a empresários, gestores de empresas e representantes de instituições do setor de ciência e tecnologia. O curso, de três dias, ofereceu aos participantes conhecimentos e dicas sobre como se relacionar com a imprensa sobre temas ligados à ciência e à tecnologia e que estratégias utilizar para obter o máximo de um plano de divulgação.



PARÁ COBRA MELHOR INFRAESTRUTURA

O Conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) se reuniu, no dia 25 de maio, para tratar de questões como a defesa de uma infraestrutura que privilegie a sociedade paraense e a necessidade da verticalização do setor industrial. No encontro, o vice-presidente da FIEPA, José Maria Mendonça, formalizou as demandas em carta entregue ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, Adnan Demachki.

FIERN CAPACITA EMPRESAS DO INTERIOR

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) quer dar aos empresários do setor industrial e gestores de recursos humanos melhores condições de diálogo com a fiscalização do trabalho, não só na capital como também no interior. Para isso, ofereceu curso em seu escritório localizado no município de Pau dos Ferros, na região do Alto Oeste Potiguar. O objetivo do treinamento foi apresentar as boas práticas de atendimento aos fiscais do trabalho, além de aprimoramentos na gestão das relações trabalhistas e da documentação laboral.



GIRO GLOBAL

EUROPA DIZ "NÃO" À CHINA NA OMC

O parlamento europeu decidiu que, por enquanto, a China não cumpre os cinco critérios de economia de mercado da União Europeia. Portanto, as exportações chinesas serão tratadas de forma "não-standard" e o país não pode ser membro permanente da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foram 546 votos a favor da resolução, 28 contra e 77 abstenções. A resolução significa que a UE vai avaliar se os custos e preços da China são de mercado. O parlamento europeu alertou os países-membros sobre as consequências sociais, ambientais e econômicas que práticas de dumping chinesas podem provocar em alguns setores industriais do velho continente.



Foto: Bolond Horvath / shutterstock.com

Foto: scrolliah / shutterstock.com



INDÚSTRIA ARGENTINA TEM FORTE RETRAÇÃO

Em abril, a produção industrial argentina registrou contração de 2% em relação ao mês anterior, segundo dados da União Industrial Argentina (UIA). Nos quatro meses do ano, a queda é de 2,3% e, no acumulado dos últimos 12 meses, chega a 5,4%. A situação não foi pior graças ao crescimento atípico do setor de oleaginosas (que no primeiro trimestre deste ano subiu 61,2%). Não fosse esse foco de expansão, a retração da indústria argentina entre janeiro e abril teria sido de 4,7%. A situação brasileira preocupa a UIA, pois o país responde por 27% das exportações industriais argentinas. Durante a crise brasileira, a UIA tem acompanhado de perto seus impactos sobre o país vizinho, que teme maior queda na produção e uma iminente perda de postos de trabalho.



Foto: QiuJu Song / shutterstock.com

BRASIL ENTRE OS PAÍSES COM MENOR SEGURANÇA ENERGÉTICA

A extração de gás por fraturamento hidráulico e o uso do gás de xisto fizeram com que os Estados Unidos avançassem duas posições em ranking internacional sobre segurança energética, o *International Energy Security Index*, publicado pelo U.S. Chamber's Institute. Entre 25 países analisados – os maiores consumidores de energia do mundo –, a Noruega é o que tem maior segurança energética, seguida por México, Nova Zelândia, Estados Unidos e Dinamarca. Os cinco países, dentre os estudados, com menores índices de segurança energética são China, Coreia do Sul, Brasil, Tailândia e Ucrânia. Além da extração por fraturamento e do uso do gás de xisto, a queda global dos preços do petróleo aumentaram a segurança energética em todo o mundo, diz o relatório.

APÓS ACORDO COM EUA, JAPÃO SE APROXIMA DA UE

Avançaram em maio as negociações para um amplo acordo de comércio e investimentos entre a União Europeia e o Japão. Já são mais de três anos de negociação, com 16 rodadas de conversas. Na mesa, acesso a mercados, políticas de compras, remoção de barreiras não tarifárias, serviços e investimentos. O Japão é o segundo parceiro comercial da União Europeia na Ásia (depois da China) e, passados sete anos de negociações, assinou recentemente a Parceria Transpacífico, que inclui 12 países, entre eles os Estados Unidos. Para os europeus, um acordo comercial com o Japão reforça a presença do bloco no continente asiático, uma das regiões do mundo com crescimento mais acelerado atualmente.

AMÉRICA LATINA NA ENCRUZILHADA

Parcerias público-privadas, principalmente nas áreas de infraestrutura, aumento da produtividade e capital humano são as apostas do Fórum Econômico Mundial para que a América Latina retome o caminho do crescimento. Depois de uma década de desenvolvimento e inclusão social, a região chegou a uma encruzilhada, avalia a equipe do Fórum. Por isso, especialistas e empresários reúnem-se, neste mês de junho, em Medellín, na Colômbia, para debater o contexto regional. “Com sua diversidade econômica, sua capacidade de inovação e recursos, com instituições estáveis, a América Latina tem muito a avançar, mas lideranças fortes e uma agenda de parcerias são essenciais”, aposta o Fórum.

OS ENTRAVES NA AMÉRICA LATINA, SEGUNDO O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL



Taxas de crescimento “empacadas”



Pressões macroeconômicas externas



Queda no preço das commodities



Baixa taxa de poupança

Marcos Pereira

AS QUATRO PRIORIDADES DO NOVO MINISTRO

PRODUTIVIDADE, DESBUROCRATIZAÇÃO, REDUÇÃO DE CUSTOS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTÃO NO FOCO DE MARCOS PEREIRA, QUE DIZ QUE O GOVERNO ESTÁ ALINHADO COM A AGENDA DA CNI

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, já elegeu suas quatro prioridades à frente da pasta para ajudar o país a sair da crise: incentivar a produtividade, promover a desburocratização, reduzir custos e atrair investimentos. Para ele, a "Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018", elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vai ao encontro do que o governo do presidente interino Michel Temer planeja para o setor industrial.

O Produto Interno Bruto continua em queda. Ante o mesmo período de 2015, a indústria teve contração de 7,3% – a oitava seguida. O que fazer para enfrentar esse cenário?

O MDIC precisa implementar agendas eficientes que priorizem ganhos de competitividade à indústria nacional como um todo, focando não somente o curto prazo. Temos discutido internamente medidas

em pelo menos quatro áreas que interessam imediatamente ao setor produtivo: produtividade, desburocratização, redução de custos e atração de investimentos.

Alguma medida específica para aumentar a produtividade?

Vamos avançar no programa Brasil Mais Produtivo. A proposta inicial é atender a três mil empresas em todo o país. Devemos aprimorar e escalonar esse programa de forma a atacar o problema da estagnação. O Brasil Mais Produtivo é promovido em parceria com a CNI e consiste na consultoria a empresas de pequeno e médio porte com o uso da metodologia de manufatura enxuta, focada na redução dos desperdícios no processo produtivo. A meta é atingir um ganho médio de, pelo menos, 20% na produtividade.

A CNI entregou ao governo federal um documento intitulado "Agenda para o Brasil sair da Crise

– 2016–2018", em que elenca uma série de medidas que, se adotadas, poderiam contribuir para fortalecer o mercado interno. Como o senhor avalia tais sugestões?

Em linhas gerais, a agenda proposta pela CNI está em plena consonância com a direção das medidas que pretendemos encaminhar e conduzir internamente no governo. É necessário um ajuste fiscal para controlar as contas públicas. Entretanto, mais do que simplesmente promover um ajuste, precisamos cuidar da qualidade do gasto público. Várias medidas propostas vão ao encontro de nosso desejo de trabalhar em favor da desburocratização e da melhoria do ambiente de negócios.

Como o Ministério pode estimular a produtividade e a competitividade?

O MDIC é a "casa" do empresário brasileiro. Uma das minhas principais propostas é ser um agente "facilitador" na



Marcos Pereira, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, aposta no diálogo com o setor produtivo

Esplanada dos Ministérios para defender o setor produtivo nacional, em especial a indústria. Estou imprimindo um ritmo mais pragmático e mais célere a esta gestão, tendo em vista que também sou oriundo do mundo corporativo. A desburocratização, por exemplo, precisa sair dos discursos para a prática. Notei que muitas das travas ao setor produtivo estão relacionadas a normas, regulamentações e outras instruções infralegais, que não dependem de aprovação do Congresso Nacional. Já estabeleci com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a formação de um grupo para discutir todas essas questões.

Como o governo poderia apoiar o fortalecimento da indústria no mercado externo?

Deveríamos ter medidas em diversas áreas, desde a facilitação de comércio até a negociação de acordos comerciais. Um destaque a citar é o Portal Único de

Comércio Exterior, principal ação concreta de facilitação de comércio exterior pelo governo brasileiro. Com a implementação completa do Portal, espera-se uma redução de 40% dos prazos médios (referencial modal marítimo); no tempo de exportação, de 13 para 8 dias e no tempo de importação, de 17 para 10 dias.

A perda do BNDES da estrutura do Ministério prejudicará seu trabalho?

Não. O BNDES é um banco que trabalha para o desenvolvimento do Brasil. Isso não muda.

Alterações significativas das regras trabalhistas e até mesmo previdenciárias não contribuiriam para melhorar o quadro de desemprego no país?

Acredito que sim, mas não cabe ao MDIC tratar dessas questões. A proposta do

grupo de trabalho com o Ministério do Trabalho é encontrar saídas rápidas em questões normativas, regulamentadoras e instruções infralegais. Acredito que poderemos ter resultados concretos seguindo esse caminho.

O que o senhor pretende fazer para ajudar a recuperar a confiança do empresariado brasileiro?

A base da minha gestão neste primeiro mês tem sido de muito diálogo, transparência e respeito ao setor produtivo brasileiro. Assim será por todo o tempo que eu permanecer no MDIC. Sabemos que a economia retomará o rumo do crescimento se a classe empresarial voltar a investir no Brasil e essa confiança já pode ser sentida porque há sinais claros do governo do presidente Michel Temer no sentido de "arrumar a casa" e recolocar o país nos trilhos, com segurança institucional e jurídica. É isso que os empresários esperam de nós.



Foto: José Paulo Lacerda

FÁBRICAS QUE DÃO FORMA A BOAS IDEIAS

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO SE CONSOLIDAM NO PAÍS COMO CENTROS DE PONTA NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

Os Institutos SENAI de Inovação (ISIs), em parceria com empresas e pesquisadores, têm se tornado fábricas de novas e bem-sucedidas ideias. Ao combinarem o conhecimento científico e o empreendedorismo, esses centros de excelência têm conseguido tirar do papel propostas originais, transformando-as em bons negócios.

Para o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rafael Lucchesi, a inovação é a principal alavanca da competitividade. “Estamos vivendo um processo de perda de base industrial significativa, no momento em que a indústria mundial está passando pela quarta revolução industrial”, diz Lucchesi.

Segundo ele, “o Brasil tem baixa capacidade inovativa se comparado a outros países”. Além disso, o dirigente

aponta o reduzido apoio de políticas públicas como um dos fatores que explica a atrofiação da cultura da inovação no país. É um ciclo vicioso que os ISIs estão interrompendo.

Dos 25 institutos programados para estar em atividade, 18 já estão em pleno funcionamento, desenvolvendo projetos para mais de 150 empresas de todos os portes. Um exemplo da diversidade das empresas participantes é que nada menos que um a cada cinco projetos é desenvolvido com uma startup.

Os recursos que financiam a estruturação dos ISIs vêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do SENAI, que alocaram R\$ 962.929.560, utilizados na construção da infraestrutura de cada unidade, no pagamento dos 414 pesquisadores e especialistas contratados

e em outras despesas diretamente ligadas a cada projeto de inovação.

Indústrias interessadas em conhecer e participar destas ações devem inscrever seus projetos nos editais SESI/SENAI de Inovação. Segundo Marcelo Prim, gerente-executivo de tecnologia e inovação do SENAI, mesmo que não exista um ISI no estado em que está localizada a indústria, ela pode participar envolvendo um instituto especializado que esteja em outra parte do país. “Queremos dar volume e capilaridade à pesquisa avançada no Brasil, para tal, estamos ofertando uma rede nacional de Institutos de pesquisa aplicada. Esta rede atua de forma colaborativa e aberta, conectando grandes empresas com universidades e empreendedores, fortalecendo a indústria nacional”, justifica Prim.



Foto: José Paulo Lacerda

Rafael Lucchesi (SENAI) diz que é preciso aumentar a capacidade inovativa no Brasil

Uma das decisões mais importantes do projeto é a escolha do lugar onde são instaladas as unidades dos ISIs, pois deve considerar a proximidade com as indústrias, universidades e demais centros de pesquisa parceiros. Além disso, o cenário econômico atual exige reflexão para obter o melhor retorno a curto, médio e longo prazos. “É como jogar xadrez: quem consegue antecipar as jogadas tem mais sucesso nas fases seguintes”, compara Rafael Lucchesi.

PONTE

A iniciativa da criação da rede de institutos foi da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento que reúne mais de 100 lideranças das maiores empresas do país, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O objetivo era resolver um problema histórico do País: levar ao mercado ideias inovadoras surgidas no ambiente acadêmico e aumentar a interação entre estes mundos. Com uma equipe que inclui atualmente 72 doutores e 83 mestres, os ISIs são pontes entre as universidades e a indústria. Por isso, seu foco é a pesquisa aplicada, ou seja, o desenvolvimento de novos produtos e soluções customizadas para as empresas ou que possam gerar novos negócios. Os institutos se

preocupam especialmente com a transferência da tecnologia a seus clientes para que a inovação ganhe vida no mercado e possa ser replicada.

A inspiração veio da Sociedade Fraunhofer, da Alemanha, a maior organização de pesquisa aplicada da Europa, com mais de 80 centros, incluindo 67 institutos em território alemão. Em 2012, o SENAI firmou contrato com o Instituto Fraunhofer IPK de Berlim, por um prazo de sete anos, para ajudar a implantar os institutos de inovação no Brasil. Especialistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) de Cambridge, EUA, referência mundial em inovação de base tecnológica, também foram contratados em 2014 para adaptar o exemplo europeu às particularidades brasileiras e criar um modelo único de rede de inovação.

Distribuídos pelas cinco regiões do País como forma de também estimular a pesquisa fora dos grandes centros do Sul e do Sudeste, os Institutos SENAI de Inovação recebem os desafios do setor industrial e se organizam em rede para apresentar as soluções. Em junho, por exemplo, 20 pesquisadores de 14 institutos de diferentes especialidades se reuniram com representantes de oito empresas alemãs sediadas

em São Paulo que buscam solucionar problemas enfrentados por suas companhias por meio de novas tecnologias. A rede de institutos também mapeia as principais demandas da indústria e prospecta novos clientes.

A pesquisa feita nos ISIs é financiada com recursos investidos pela empresa que contrata o serviço, pelo SENAI e por outras fontes de fomento para inovação. Quatro institutos estão atualmente credenciados pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e, nesse caso, também contam com recursos diferenciados destinados à pesquisa e inovação. Os projetos contratados até agora estão avaliados em cerca de R\$ 205,6 milhões. Cada iniciativa desenvolvida não tem limite de valor, mas pode ir de R\$ 50 mil a R\$ 1,5 milhão.

No portfólio de clientes encontram-se empresas de 33 diferentes segmentos de mercado, de áreas que são tendências globais, como mobilidade, saúde, energia, biodiversidade e telecomunicações. O uso e desenvolvimento de tecnologia de ponta é especialidade da rede, que trabalha, por exemplo, com projetos em robótica, nanotecnologia, computação em nuvem, entre outros.



PEIXE-ROBÔ VAI INSPECIONAR EQUIPAMENTOS EM ALTO MAR

A empresa BG-Brasil, subsidiária da Shell, explora óleo e gás em grandes profundidades, o que implica alto custo financeiro e risco de vida para os funcionários que inspecionam equipamentos no alto-mar.

Para possibilitar que a inspeção submarina seja feita remotamente, com alta qualidade e visão tridimensional (3D), uma espécie de “peixe-robô” (flatfish)

está sendo desenvolvido em parceria com o Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (SENAI/CIMATEC), da Bahia, e com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Foram investidos cerca de R\$ 30 milhões no projeto – divididos igualmente pela BG-Brasil, SENAI e EMBRAPII.

A decisão de se investir na tecnologia tem várias razões. “Primeiro, a

segurança do operador de plataforma, depois a preocupação com o habitat marinho e a redução de custos”, explica o gerente sênior de parcerias para Pesquisa & Desenvolvimento da BG-Brasil, Régis Assao.

Testes já foram feitos em tanques oceanográficos e também na costa de Salvador. A liberação do equipamento para o mercado deve acontecer em 2017.

MICROEMPRESA DESENVOLVE IMPRESSORA 3D MAIS RÁPIDA

Não é à toa que o prestigiado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, é uma das principais referências dos Institutos SENAI de Inovação. Foi ali, em 2013, que o engenheiro mecânico Daniel Lopes começou a se interessar pelo papel da inovação no desenvolvimento dos negócios.

O empresário é dono da microempresa mineira 3DLopes, que fabrica impressoras 3D rápidas, capazes de imprimir diferentes polímeros ou filamentos. A empresa já teve dois projetos aprovados. Um deles, no valor de R\$ 654 mil,

está sendo desenvolvido pelo ISI em Sistema de Manufatura (SC), com o objetivo de fabricar impressoras mais velozes que usem isolantes térmicos e acústicos, sem perda de qualidade.

Outro projeto desenvolvido por Lopes foi entregue ao ISI em Engenharia de Superfície (MG). O objetivo é desenvolver novos filamentos de impressão 3D com matriz polimérica de polietileno. Assim, usuários de impressoras 3D domésticas serão capazes de imprimir maior variedade de peças tridimensionais. Neste, o investimento é de R\$ 265 mil.

OS INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO EM NÚMEROS



18 institutos em funcionamento, localizados em 12 unidades da Federação. Sete novos institutos estarão em funcionamento até 2019

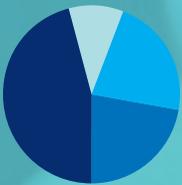


Equipe: 414 profissionais, dos quais 72 têm doutorado e 83 mestrado



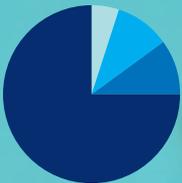
Projetos:

196 em execução, com investimento de R\$ 206 milhões
30 em contratação, orçados em R\$ 46 milhões
184 em prospecção, orçados em R\$ 117 milhões
76 concluídos e entregues, avaliados em R\$ 48 milhões



Número de projetos, segundo o porte das empresas

46% grandes
10% médias
22% pequenas
22% startups



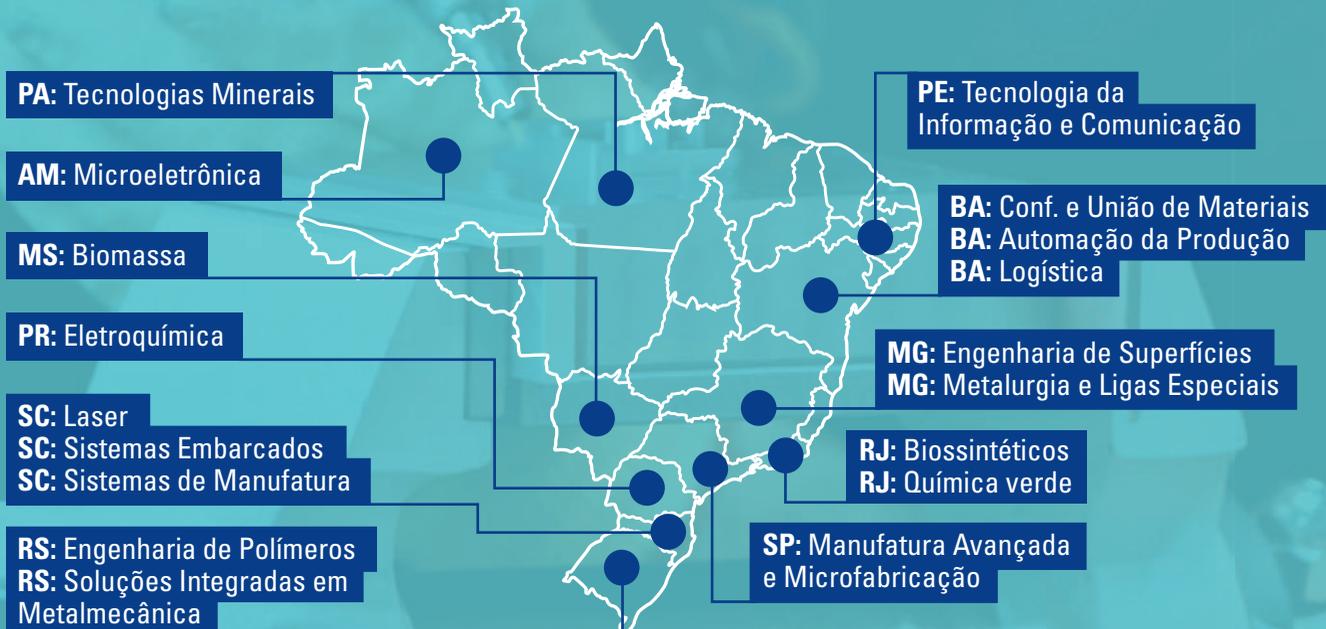
Recursos totais investidos nos projetos, segundo o porte das empresas

75% grandes
5% médias
10% pequenas
10% startups



Conheça alguns dos 30 setores atendidos:

Biotecnologia
Eletroquímica
Energia renovável
Engenharia de polímeros
Microeletrônica
Micromanufaturas
Química verde
Sistemas elétricos
Sistemas embarcados
Tecnologias minerais



CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/confedera-o-nacional-da-ind-ustria-cni->

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/instituto-euvaldo-lodi>



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA